

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



INSPEÇÃO

PCA 121-1

**PLANO PARA O EMPREGO DO MÉTODO DE
SUPERVISÃO CONTÍNUA NAS AUDITORIAS DA
OACI**

2011

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO



INSPEÇÃO

PCA 121-1

**PLANO PARA O EMPREGO DO MÉTODO DE
SUPERVISÃO CONTÍNUA NAS AUDITORIAS DA
OACI**

2011



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 1.343/GC3, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aprova a 1ª modificação do PCA 121-1, que dispõe sobre o Plano para o emprego do Método de Supervisão Contínua nas Auditorias da OACI.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67004.066132/2012-87, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª modificação do PCA 121-1 ” Plano para o emprego do Método de Supervisão Contínua nas Auditorias da OACI, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

Inspeção

PLANO PARA O EMPREGO DO MÉTODO DE SUPERVISÃO CONTÍNUA NAS AUDITORIAS DA OACI

O PCA 121-1, aprovado pela Portaria n° 378/GC3, de 7 de julho de 2011, é assim modificado:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 17	2011	Pág 17	2012
Pág 18	2011	Pág 18	2012
Pág 19	2011	Pág 19	2012
Pág 22	2011	Pág 22	2012
Pág 26	2011	Pág 26	2012

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	TEXTO	ALÍNEA
Pág 17	3.2.5.2.4	inclusão	a (inclusão)
Pág 18	3.2.5.2.4	inclusão	b (inclusão)
Pág 18	3.2.5.4	inclusão	a (alteração)
Pág 22	3.2.6.7	alteração	
Pág 22	3.2.6.8	alteração	
Pág 26	6.1	inclusão	

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria n° /GC3, de de de .



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 378/GC3, DE 07 DE JULHO DE 2011.

Aprova a edição do PCA 121-1 que dispõe sobre o Plano para o Emprego do Método de Supervisão Contínua nas Auditorias da OACI.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 121-1 “Plano para o Emprego do Método de Supervisão Contínua nas Auditorias da OACI”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 133, de 14 de julho de 2011)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1 FINALIDADE.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	9
1.3 COMPETÊNCIA.....	9
1.4 ÂMBITO	9
1.5 CONCEITUAÇÕES.....	9
1.6 ABREVIATURAS	10
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
2.1 INTRODUÇÃO.....	11
2.2 ANTECEDENTES	11
3 TRANSIÇÃO PARA O CMA	12
3.1 PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO DA OACI.....	12
3.2 PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO DO COMAER.....	14
4 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23
4.1 ESTRUTURA GERENCIAL	23
4.2 RECURSOS	23
4.3 FATORES DE PLANEJAMENTO	23
4.4 ATUALIZAÇÃO DO PLANO	23
5 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	25
6 DISPOSIÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXO A	28
ÍNDICE.....	29

PREFÁCIO

Os países signatários da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em 7 de dezembro de 1944, na cidade de Chicago, assumiram o compromisso de promover o desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional, praticando o mais alto grau possível de uniformidade em suas regulamentações nacionais.

Desse modo, o Brasil, como signatário dessa Convenção, promulgada no país pelo Decreto 21.713, de 27 de agosto de 1946, assumiu o compromisso de adotar as medidas necessárias para assegurar que as operações da aviação civil em seu território obedeçam às regras e regulamentos nacionais, os quais devem estar em conformidade com os normas e métodos recomendados decorrentes daquela Convenção.

A Convenção de Chicago também criou a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), com sede em Montreal/Canadá, com o propósito principal de assegurar o cumprimento das disposições conveniadas.

Assim, as “Normas e métodos recomendados” (SARPs) emitidas pela OACI constantes dos Anexos à Convenção e em outros documentos associados servem de guias para balizar a atividade aeronáutica nos Estados, visando a sua segurança operacional.

Com o intuito de promover a elevação dos níveis da segurança da aviação civil, a OACI, a partir de 1995, passou a realizar auditorias nos Estados Contratantes para verificar o grau de efetivo cumprimento dos compromissos assumidos na Convenção de Aviação Civil Internacional, em relação aos Anexos 1 (Licença de Pessoal), Anexo 6 (Operações de Aeronaves) e o Anexo 8 (Aeronavegabilidade).

Inicialmente, tais auditorias eram realizadas com um caráter voluntário e custeadas pelos próprios Estados, mas, a partir de 1999, como consequência da Resolução A32-11, a Assembléia da OACI instituiu o Programa Universal de Auditorias de Supervisão da Segurança Operacional (*Universal Safety Oversight Audit Programme - USOAP*), que assumia um caráter mandatório, passando a ser custeado pelo orçamento da própria Organização.

Os resultados obtidos nessas auditorias confirmaram a existência de problemas sistêmicos em muitos Estados e, assim, em outubro de 2004, a 35ª Sessão da Assembléia da OACI aprovou a Resolução A35-6, adotando uma nova abordagem para as auditorias, denominado de enfoque sistêmico global (USOAP-CSA), passando a avaliar o estágio de implementação das provisões de segurança operacional constantes de todos os Anexos à Convenção, à exceção do Anexo 9 (Facilitação) e do Anexo 10 (Segurança da Aviação Civil).

Desse modo, as auditorias da OACI passaram a contemplar também as áreas de Aeródromos (AGA), Investigação de Acidentes Aeronáuticos (AIG) e Serviços de Navegação Aérea (ANS).

O Brasil foi auditado em maio de 2009, e obteve os excelentes índices de 95% de conformidades com as SARPs da OACI, na área sob a responsabilidade do DECEA, e de 96% na área de investigação de acidentes sob a responsabilidade do CENIPA, considerados uns dos melhores índices do mundo.

Para manter esses excelentes índices de conformidade alcançados na auditoria da OACI e para garantir a eficácia do controle do espaço aéreo brasileiro através da efetiva implementação dos oito elementos críticos de um sistema de vigilância da segurança operacional de um Estado, preconizados no Doc. 9734, Parte A, da OACI, o Comando da Aeronáutica emitiu a ICA 63-22 que dispõe sobre o Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea.

Com o ciclo atual de auditoria definido para terminar no final de 2010, a 37ª Sessão da Assembléia da OACI, realizada em outubro de 2010, aprovou a Resolução A-37-5 que define um novo enfoque para o USOAP, evoluindo de auditorias programadas para um monitoramento contínuo, denominado de CMA (continuous monitoring approach), que incorporará análise de fatores de riscos à segurança em cada Estado.

O CMA será um sistema estabelecido com a finalidade de monitorar a capacidade de vigilância dos Estados através de uma central de dados que harmonizará informações recebidas de diferentes fontes relacionadas com a segurança operacional. Assim, o USOAP será capaz de identificar a necessidade de realizar uma auditoria completa em um determinado Estado ou apenas uma auditoria com uma finalidade de verificar problemas específicos, ou ainda, outros tipos de intervenções tais como assistência técnica ou operacional.

Como o CMA será implementado somente a partir de janeiro de 2013 e é necessário um tempo para a migração para esse novo enfoque de auditorias, os anos de 2011 e 2012 serão dedicados à transição tanto para a OACI como também para os Estados. Assim, é importante que o controle do espaço aéreo brasileiro se prepare, durante o período de transição, para este novo ciclo de supervisão, tendo como foco a responsabilidade de manter o seu excelente índice de conformidade apresentado na auditoria anterior.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Plano tem por finalidade a adequação gradual da vigilância da segurança operacional do controle do espaço aéreo no Brasil ao novo enfoque definido pela OACI (USOAP-CMA), para auditar os Estados Contratantes, a partir do ano de 2013.

1.2 OBJETIVOS

1.1.1. Estabelecer ações a serem executadas pelos órgãos envolvidos nas atividades concernentes à transição para que o controle do espaço aéreo brasileiro esteja pronto para se submeter a este novo ciclo de auditorias da OACI, até dezembro de 2012.

1.1.2. Propiciar aos envolvidos na transição todas as informações concernentes às diferentes etapas e fases a serem desenvolvidas no processo de transição.

1.1.3. Possibilitar uma adequada coordenação entre os diversos órgãos do COMAER que estarão envolvidos no processo de transição.

1.1.4. Orientar os órgãos envolvidos nas auditorias da OACI no cumprimento de suas responsabilidades em relação ao novo enfoque USOAP-CMA.

1.3 COMPETÊNCIA

A Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA) é a responsável pela implementação do presente Plano, assim como pelas atividades de coordenação, controle e atualização do mesmo.

1.4 ÂMBITO

O presente Plano aplica-se a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica que desempenham atividades relacionadas com a segurança operacional dos serviços de navegação aérea e àquelas que contribuem com a formação e o treinamento de pessoal para esses serviços e através da avaliação dos requisitos de capacitação física desses profissionais.

1.5 CONCEITUAÇÕES

1.5.1 Questionário sobre as Atividades Aeronáuticas do Estado (SAAQ)

Questionário preparado pela OACI para ser preenchido com informações concretas sobre as atividades de aviação civil do Estado e que se envia antes da auditoria para facilitar o planejamento e realização da mesma.

1.5.2 Lista Eletrônica de Diferenças (EFOD)

Instrumento pelo qual os Estados informam à OACI, via WEB, o nível de aplicação das Normas e Métodos Recomendados (SARPs) emitidas por aquela organização e as diferenças utilizadas na aplicação dessas normas.

1.5.3 Protocolos USOAP-CMA

Questionário preparado pela OACI para ser preenchido durante a auditoria e que orientará o Auditor na busca de evidências de cumprimento das SARPs emitidas por aquela organização.

1.6 ABREVIATURAS

As abreviaturas relacionadas encontram-se no corpo do presente trabalho e têm os significados de acordo com a relação abaixo:

CMA	<i>Continuos Monitoring Approach</i> (Enfoque de Supervisão Contínua)
CSA	<i>Comprehensive Systems Approach</i> (Enfoque Sistêmico Global)
ICVM	<i>OACI Coordinated Validation Missions</i> (Missões de Validação Coordenada da OACI)
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i> (Memorando de Entendimento)
PAC	Plano de Ações Corretivas
SARPs	<i>Standards and Recommended Practices</i> (Normas e métodos recomendados)
USOAP	<i>Universal Safety Oversight Audit Programme</i> (Programa Universal de Auditorias de Supervisão da Segurança Operacional)

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 INTRODUÇÃO

2.1.1 O ciclo de auditorias da OACI, dentro do enfoque sistêmico global (USOAP-CSA), começou em 2005 e foi concluído em dezembro de 2010.

2.1.2 A partir de 2013, a OACI adotará uma nova abordagem para o próximo ciclo de auditorias, denominado de USOAP-CMA. Este novo ciclo adotará um enfoque de monitoramento contínuo, com a finalidade de supervisionar a capacidade de vigilância dos Estados, através de uma central de dados que harmonizará informações recebidas de diferentes fontes relacionadas com a segurança operacional.

2.1.3 A OACI elaborou um plano de transição que prevê a implementação progressiva dos diferentes componentes do CMA a partir de 2011, tanto para a própria organização como também para os Estados.

2.2 ANTECEDENTES

2.2.1 Já visualizando o término do ciclo de auditorias USOAP-CSA ao final de 2010, a 36ª Sessão da Assembléia da OACI, ocorrida em setembro de 2007, instruiu o Conselho daquela organização internacional a examinar diferentes opções para a continuidade do USOAP após 2010, incluindo a viabilidade da aplicação de um novo enfoque baseado no conceito de supervisão contínua.

2.2.2 Desse modo, o Conselho encarregou a Secretaria de adotar providências com vistas a integrar a análise de fatores de risco nas auditorias USOAP, adotando uma abordagem mais dinâmica, fazendo uso mais eficaz e eficiente dos recursos colocados à disposição para as auditorias.

2.2.3 O Conselho da OACI analisou as recomendações da Secretaria durante a 187ª Sessão e concordou com a adoção do enfoque de monitoramento contínuo (CMA) e orientou o Secretário-Geral para começar a desenvolver metodologia e ferramentas necessárias, incluindo orientação detalhada aos Estados.

2.2.4 A Resolução A37-5 da 37ª Sessão da Assembléia da OACI, em 2010, aprovou o novo ciclo de auditorias USOAP-CMA, com o enfoque de monitoramento contínuo, a ter início em janeiro de 2013.

3 TRANSIÇÃO PARA O CMA

3.1 PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO DA OACI

3.1.1 CONCEPÇÃO

3.1.1.1 O USOAP-CMA estabelecerá um sistema de informações para monitorar a capacidade de vigilância da segurança operacional dos Estados Contratantes, de forma contínua e com uma abordagem harmonizada e coerente para avaliação do nível de segurança das atividades aeronáuticas e da capacidade de gestão da segurança.

3.1.1.2 Uma estrutura interativa *on-line* será estabelecida para facilitar a participação dos Estados no CMA, assim como um banco de dados centralizado para gerenciar efetivamente as informações recebidas continuamente de diferentes fontes.

3.1.1.3 Dessa forma, o USOAP-CMA será capaz de identificar a necessidade da realização de auditorias do tipo CSA, auditorias com finalidades específicas ou outros tipos de intervenções, tais como assistências operacionais ou técnicas, possibilitando maior flexibilidade e melhor utilização dos recursos da OACI.

3.1.1.4 Em consequência, a OACI não mais programará auditorias como no ciclo anterior (USOAP-CSA), pois irá monitorar as informações disponíveis de cada Estado e por meio delas decidir pela necessidade de intervir e como fazê-lo num determinado Estado.

3.1.1.5 Para isso, os Estados Contratantes terão que prestar informações contínuas à OACI a respeito de sua capacidade de vigilância da segurança operacional.

3.1.2 ATUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

3.1.2.1 A OACI encaminhou, por intermédio de Boletim Eletrônico, para todos os Estados Contratantes, notificação formal da decisão da Assembléia de adotar o CMA, bem como o planejamento de transição para o novo ciclo de auditorias.

3.1.2.2 O planejamento de transição foi preparado para o período de dois anos, correspondentes a 2011 e 2012, devendo a implementação ser iniciada em janeiro de 2013, com o detalhamento das diversas fases da transição.

3.1.2.2 Atualizações serão fornecidas regularmente pela OACI.

3.1.3 IMPLANTAÇÃO DOS COMPONENTES PRINCIPAIS DO CMA

O planejamento para a transição prevê a implementação progressiva dos diferentes componentes do CMA, com início em 2011. Foi estabelecida uma série de ações para a OACI e para os Estados Contratantes, com vistas a prepará-los para o emprego da nova metodologia. A programação que inclui prazos para a execução de todos os componentes principais do CMA encontra-se no Anexo A.

3.1.3.1 Atribuições da OACI

- a) Publicar uma nova edição do Documento 9735 - Safety Oversight Audit Manual (Manual de Auditoria de Vigilância da Segurança Operacional) até junho de 2011;

- b) Elaborar novos acordos e alterações aos acordos existentes para o compartilhamento de informações confidenciais de segurança entre a OACI e entidades internacionais¹;
- c) Executar teste da estrutura informatizada com a participação de Estados selecionados para tal;
- d) Realizar *workshops* acerca do CMA, em cada Região da OACI;
- e) Assegurar que os auditores recebam treinamento apropriado sobre o CMA;
- f) Conduzir as atividades de validação do novo enfoque²;
- g) Estar em condições de realizar auditorias a partir de março de 2011, a pedido dos Estados Contratantes³; e
- h) Empregar o CMA.

NOTA 1: Essas entidades irão auxiliar a OACI na redução dos encargos decorrentes de auditorias repetitivas ou inspeções destinadas a avaliar o nível da capacidade de vigilância dos Estados, ao repassarem as informações que possuem de cada um. Dentre as entidades internacionais constarão a Comissão Européia (European Commission/CE), Associação de Transporte Aéreo Internacional (International Air Transport Association/IATA) e da Agência Européia de Segurança da Aviação (European Aviation Safety Agency/EASA).

NOTA 2: Dentre as atividades de validação do novo enfoque, destacam-se as Missões de Validação Coordenada (ICVM). As ICVM irão avaliar a efetividade das ações mitigadoras ou corretivas adotadas pelos Estados, em face de deficiência identificada anteriormente. Prevê-se que dez ICVM ocorrerão em 2011 e vinte em 2012.

NOTA 3: Os Estados Contratantes que solicitarem auditorias nesse período devem considerar que os resultados serão disponibilizados a todos os demais. O Estado solicitante deverá definir a amplitude da auditoria, a qual será realizada mediante o emprego de mecanismos de compensação.

3.1.3.2 Atribuições dos Estados

- a) Assinar um novo Memorando de Entendimentos com a OACI;
- b) Designar um Coordenador Nacional de Supervisão Contínua⁴;
- c) Proporcionar condições para o Coordenador Nacional receber o treinamento sobre o CMA.
- d) Manter atualizado o Plano de Ações Corretivas (PAC) do Estado, decorrente do ciclo de auditorias CSA;
- e) Desenvolver um plano para o preenchimento dos protocolos CMA dentro de um prazo específico;
- f) Manter atualizado o Questionário sobre as Atividades Aeronáuticas do Estado (SAAQ);
- g) Cumprir os prazos estabelecidos para a conclusão dos protocolos USOAP-CMA, utilizando a estrutura *on-line*; e
- h) Empregar o CMA.

NOTA 4: O Coordenador Nacional é o elemento de ligação entre a OACI e o Estado, devendo prestar àquela organização todas as informações solicitadas e necessárias para a implementação do USOAP-CMA.

3.1.4 OPERAÇÃO DO CMA

3.1.4.1 O início da aplicação rotineira do USOAP-CMA ocorrerá em janeiro de 2013 e contemplará uma série de intervenções, incluindo as auditorias do tipo USOAP-CSA completas ou parciais e outras com finalidades específicas.

3.1.4.2 Os resultados de todas as auditorias serão disponibilizados em um *site* seguro e mantidos atualizados.

3.1.4.3 Uma visão geral dos resultados da auditoria de cada Estado Contratante deverá continuar a ser colocada à disposição do público, por intermédio dos métodos atualmente empregados.

3.1.4.4 O sucesso da implementação do CMA dependerá do apoio integral dos Estados Contratantes da OACI e da ativa participação de organismos regionais e internacionais.

3.1.4.5 A participação e apoio serão particularmente importantes durante o período de transição 2011-2012, quando as ferramentas e orientações necessárias para o CMA serão desenvolvidas e aperfeiçoadas.

3.2 PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO DO COMAER

3.2.1 CONCEPÇÃO

3.2.1.1 Nos seus aspectos relevantes, o Comando da Aeronáutica ressalta o compromisso histórico de favorecer o aperfeiçoamento dos serviços de navegação aérea e das investigações de acidentes aeronáuticos, em prol da segurança e da eficiência da aviação mundial com grande potencial de benefícios operacionais e econômicos aos provedores e aos usuários desses serviços.

3.2.1.2 O desenvolvimento e o emprego de novos métodos sob a orientação da OACI, com o objetivo de aumentar os níveis de segurança e eficiência nas operações aéreas mundiais, serão sempre bem-vindos, desde que não causem impacto substancial nos orçamentos e na estrutura de custos das organizações governamentais responsáveis pela prestação dos serviços da navegação aérea e dos usuários desses serviços.

3.2.1.3 O COMAER participa desde o início do programa USOAP, em cumprimento das disposições da Convenção de Chicago pelo Estado brasileiro, procurando assegurar a qualidade dos serviços de navegação aérea prestados aos usuários pelos provedores desses serviços, de acordo com as SARPs emitidas pela OACI e adotados pelo DECEA.

3.2.1.4 Do mesmo modo, o COMAER precisa assegurar a qualidade das investigações de acidentes aeronáuticos, para contribuir, assim, para uma maior eficiência na prevenção de acidentes.

3.2.1.5 Dessa forma, o COMAER elaborou o presente Plano que contém as principais informações e referências para a implantação da nova metodologia de auditorias a ser empregada pela OACI.

3.2.2 PRINCÍPIOS DE PLANEJAMENTO

3.2.2.1 A visão da OACI, no que concerne ao processo de transição, é o de aplicar o novo enfoque USOAP-CMA a nível global, por intermédio de uma implementação gradual e cooperativa entre todos os Estados Contratantes.

3.2.2.2 A concepção estratégica de implementação da nova metodologia é de responsabilidade da OACI, tanto a nível mundial quanto regional, enquanto que o planejamento nacional será de responsabilidade direta de cada Estado.

3.2.2.3 Considerando a globalização das atividades da transição para o CMA, é necessário que o planejamento nacional e o da OACI sejam harmônicos, razão pela qual é importante que os países levem em consideração o planejamento recomendado pela OACI, para a transição dos Estados.

3.2.3 ALCANCE DO PLANEJAMENTO

3.2.3.1 A transição deverá ser aplicada em fases, consoante as tarefas a serem realizadas, estendendo-se até o final do ano de 2012.

3.2.3.2 Os resultados de cada fase constituirão, ao final da transição, a plenitude para implementação do CMA.

3.2.3.3 Em decorrência da amplitude dos resultados previstos, diferentes etapas poderão ser estabelecidas para cada tarefa. Contudo, para uma melhor definição dessas etapas, deverão ser observados os critérios e as prioridades do CMA, além de serem as modificações ou atualizações efetuadas pela OACI, consideradas como balizadoras do planejamento estabelecido neste documento.

3.2.4 RESULTADOS ESPERADOS

3.2.4.1 Ao final da transição, espera-se que os órgãos envolvidos nas auditorias da OACI estejam aptos para empregar o CMA, conforme preconizado por aquela organização.

3.2.5 DIRETRIZES

3.2.5.1 Para o Planejamento

As seguintes diretrizes devem ser consideradas nos planejamentos do COMAER, no decorrer da fase de transição para a implementação do CMA da OACI:

- a) O planejamento deve ser prático e progressivo em sua implementação;
- b) Cada tarefa da transição deverá ser comprovada em testes, antes de ativados como procedimentos da fase pós-transição (rotineira);
- c) Cada tarefa deverá ser alcançada gradativamente e de acordo com o calendário estabelecido pela OACI;
- d) Um alto grau de continuidade e de inter-relacionamento das tarefas deverá ser mantido;
- e) O presente Plano deve manter coerência com o planejamento de implementação da OACI, de forma a assegurar o emprego do CMA no prazo estabelecido; e
- f) As especificidades de cada tarefa deverão ser observadas.

3.2.5.2 Para os Comandos-Gerais e Departamentos

3.2.5.2.1 DECEA

- a) Atuar em coordenação com o DEPENS no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades de ensino relativas à formação e à pós-formação do pessoal do COMAER, que exerce atividade profissional nos serviços de navegação aérea;
- b) Atuar em coordenação com o COMGEP no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com a avaliação dos requisitos de capacitação física do pessoal civil e militar do COMAER, que exerce atividade profissional nos serviços de navegação aérea;
- c) Atuar em coordenação com o CENIPA no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com a investigação de acidentes aeronáuticos;
- d) Atuar em coordenação com a ASOCEA no trato dos assuntos relativos à vigilância da segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes à prestação dos serviços de navegação aérea;
- e) Assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos concernentes à assinatura do novo Memorando de Entendimentos (MOU) com a OACI, de forma a resguardar os interesses do COMAER;
- f) Assessorar o Comandante da Aeronáutica na indicação do Coordenador Nacional de Supervisão Contínua para o trato dos assuntos relativos aos serviços de navegação aérea;
- g) Prover suporte para que o Coordenador Nacional, indicado pelo Comandante da Aeronáutica, receba o treinamento sobre o CMA, a ser ministrado pela OACI;
- h) Assessorar o Coordenador Nacional nos assuntos pertinentes aos serviços de navegação aérea;
- i) Prover suporte para o teste da estrutura informatizada a ser implantada pela OACI, caso o Brasil seja selecionado para tal;
- j) Indicar profissionais, quando for o caso, para participarem de *workshops* a serem ministrados pela OACI, em cada Região, acerca da implantação do CMA;
- k) Manter-se em condições de receber uma ICVM da OACI, no ano de 2011 ou de 2012, caso o Brasil seja selecionado para tal;
- l) Manter atualizado, junto à ASOCEA, o Plano de Ações Corretivas (PAC) relativo aos serviços de navegação aérea, decorrente do ciclo de auditorias USOAP-CSA;

- m) Contribuir com a ASOCEA para o preenchimento dos protocolos USOAP-CMA;
- n) Manter atualizado, junto à OACI, o Questionário sobre as Atividades Aeronáuticas do Estado (SAAQ) e a Lista Eletrônica de Diferenças (EFOD) relacionados com os serviços de navegação aérea;
- o) Contribuir com a ASOCEA para o emprego do enfoque USOAP-CMA a ser implantado pela OACI;
- p) Indicar profissionais para participarem da execução das tarefas decorrentes da implementação do CMA, relacionadas com os serviços de navegação aérea;
- q) Continuar a promover a permanente atualização e aperfeiçoamento da legislação, incorporando as SARPs emitidas pela OACI relativas aos serviços de navegação aérea; e
- r) Continuar a identificar e manter a OACI informada acerca das diferenças que possam existir entre as padrões nacionais e as disposições de seus anexos.

3.2.5.2.2 COMGEP

- a) Atuar em coordenação com o DECEA e a ASOCEA no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com a avaliação dos requisitos de capacitação física do pessoal civil e militar do COMAER, que exerce atividade profissional nos serviços de navegação aérea; e
- b) Caso necessário, indicar profissionais para constituírem a equipe que, sob coordenação da ASOCEA, executará as tarefas decorrentes da implementação do CMA.

3.2.5.2.3 DEPENS

- a) Atuar em coordenação com o DECEA e a ASOCEA no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades de ensino relativas à formação e à pós-formação do pessoal do COMAER, que exerce atividade profissional nos serviços de navegação aérea; e
- b) Caso necessário, indicar profissionais para constituírem a equipe que, sob coordenação da ASOCEA, executará as tarefas decorrentes da implementação do CMA.

3.2.5.2.4 COMGAP

- a) Atuar em coordenação com o DECEA e a ASOCEA no trato de assuntos relativos à segurança operacional do Controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com sinalização de obstáculos e às implantações de natureza perigosa; e (NR) – Portaria nº /GC3, de de de 2012.

- b) Caso necessário, indicar profissionais para constituírem a equipe que, sob coordenação da ASOCEA, executará as tarefas decorrentes da implementação do CMA. (NR) – Portaria nº /GC3, de de de 2012.

3.2.5.3 Para o CENIPA

- c) Atuar em coordenação com o DECEA e a ASOCEA no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com a investigação de acidentes aeronáuticos;
- d) Assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos concernentes à assinatura do novo Memorando de Entendimentos (MOU) com a OACI, de modo a resguardar os interesses do COMAER;
- e) Assessorar o Comandante da Aeronáutica na indicação do Coordenador Nacional de Supervisão Contínua para o trato dos assuntos relativos à investigação de acidentes aeronáuticos;
- f) Assessorar o Coordenador Nacional nos assuntos pertinentes à investigação de acidentes aeronáuticos;
- g) Manter-se em condições de receber uma ICVM da OACI, no ano de 2011 ou de 2012, caso o Brasil seja selecionado para tal;
- h) Preencher os protocolos USOAP-CMA, relativos à investigação de acidentes, dentro do prazo estipulado, utilizando a estrutura *on-line*;
- i) Manter atualizado, junto à OACI, o Questionário sobre as Atividades Aeronáuticas do Estado (SAAQ) e da Lista de Eletrônico de Diferenças (EFOD), relacionados com os assuntos de investigação de acidentes aeronáuticos;
- j) Estar em condições de empregar o enfoque CMA implantado pela OACI, a partir de janeiro de 2013;
- k) Indicar profissionais, quando for o caso, para participarem de *workshops* a serem ministrados pela OACI, em cada Região, acerca da implantação do CMA;
- l) Manter atualizado, junto à OACI, o Plano de Ações Corretivas (PAC) relativo aos assuntos de investigação de acidentes aeronáuticos, decorrente do ciclo de auditorias USOAP-CSA;
- m) Continuar a promover a permanente atualização e aperfeiçoamento da legislação, incorporando as SARPs emitidas pela OACI relativos à investigação de acidentes aeronáuticos; e
- n) Continuar a identificar e manter a OACI informada acerca das diferenças que possam existir entre as normas nacionais e as disposições de seus anexos.

3.2.5.4 Para a ASOCEA

- a) Atuar em coordenação com o DECEA, o DEPENS, o COMGEP e o COMGAP no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com o pessoal civil e

militar do COMAER, que exerce atividade profissional nos serviços de navegação aérea, das de ensino, relativas à formação e à pós-formação desse pessoal, bem como das de avaliação dos seus requisitos de capacitação física; (NR) – Portaria nº /GC3, de de de 2012.

- b) Atuar em coordenação com o CENIPA no trato dos assuntos relativos à segurança operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, concernentes ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas com a investigação de acidentes aeronáuticos;
- c) Assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos concernentes à assinatura do novo Memorando de Entendimentos (MOU) com a OACI, de forma a resguardar os interesses do COMAER;
- d) Assessorar o Comandante da Aeronáutica na indicação do Coordenador Nacional de Supervisão Contínua para o trato dos assuntos relativos à vigilância da segurança operacional dos serviços de navegação aérea;
- e) Participar, em estreito entendimento com o Coordenador Nacional, do teste da estrutura informatizada a ser implantada pela OACI, caso o Brasil seja selecionado para tal;
- f) Assessorar o Coordenador Nacional nos assuntos pertinentes à vigilância da segurança operacional dos serviços de navegação aérea;
- g) Indicar profissionais, quando for o caso, para participarem de *workshops* a serem ministrados pela OACI, em cada Região, acerca da implantação do CMA;
- h) Manter atualizado, junto à OACI, em estreita coordenação com o DECEA, o Plano de Ações Corretivas (PAC) relativo aos serviços de navegação aérea, decorrente do ciclo de auditorias CSA, no Brasil;
- i) Preencher os protocolos USOAP-CMA, relativos aos serviços de navegação aérea, em estreita coordenação com o DECEA, dentro do prazo estipulado, utilizando a estrutura *on-line*;
- j) Manter-se em condições de receber uma ICVM da OACI, no ano de 2011 ou de 2012, caso o Brasil seja selecionado para tal;
- k) Contribuir com o DECEA na preparação para o recebimento de uma ICVM, caso o Brasil seja selecionado pela OACI, para este tipo de validação do USOAP-CMA;
- l) Estar em condições de empregar o enfoque CMA implantado pela OACI, a partir de janeiro de 2013; e
- m) Indicar profissionais para participarem da execução das tarefas decorrentes da implementação do CMA, relacionadas com a vigilância da segurança operacional dos serviços de navegação aérea.

3.2.6 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO CMA

As ações estabelecidas a seguir deverão ser desenvolvidas, no decorrer do período de transição planejado pela OACI, a fim de que o novo método esteja totalmente implantado no início de 2013.

3.2.6.1 Ações Referentes à Primeira Atribuição do Estado

“Assinar um novo Memorando de Entendimentos com a OACI”.

Prazo: de 01.06.2011 a 31.08.2011.

O DECEA, o CENIPA e a ASOCEA deverão estar em condições de assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos concernentes à assinatura do documento em tela, de forma a resguardar os interesses do COMAER.

3.2.6.2 Ações Referentes à Segunda Atribuição do Estado

“Designar um Coordenador Nacional de Supervisão Contínua”.

Prazo: de 01.06.2011 a 31.08.2011.

O DECEA, o CENIPA e a ASOCEA deverão estar em condições de assessorar o Comandante da Aeronáutica na indicação do Coordenador Nacional de Supervisão Contínua para o trato dos assuntos relativos aos serviços de navegação aérea e de investigação de acidentes aeronáuticos.

3.2.6.3 Ações Referentes à Terceira Atribuição do Estado

“Proporcionar condições para o Coordenador Nacional receber um treinamento sobre o CMA”.

Prazo: de 01.09.2011 a 01.03.2012.

O DECEA deverá prover o suporte financeiro para garantir que o Coordenador Nacional, indicado pelo Comandante da Aeronáutica, receba o treinamento sobre o CMA.

3.2.6.4 Ações Referentes à Quarta Atribuição do Estado

“Manter atualizado o Plano de Ações Corretivas (PAC) do Estado, decorrente do ciclo de auditorias CSA”.

Prazo: de 01.09.2011 a 01.07.2012.

- a) A ASOCEA deverá continuar a acompanhar a execução do PAC do DECEA, decorrente da auditoria ocorrida em maio de 2009, de maneira a manter a OACI informada acerca da progressão das ações corretivas estabelecidas nesse Plano;
- b) A ASOCEA deverá continuar a executar as inspeções regulares e de seguimento no DECEA, em conformidade com o estabelecido na ICA 121-10 “Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”; e
- c) O CENIPA deverá manter a OACI informada acerca da progressão das ações corretivas estabelecidas no seu PAC, decorrente da auditoria ocorrida em maio de 2009, de maneira a manter a OACI informada acerca da progressão das ações corretivas estabelecidas nesse Plano.

3.2.6.5 Ações Referentes à Quinta Atribuição do Estado

“Desenvolver um plano para o preenchimento dos protocolos USOAP-CMA dentro de um prazo específico”.

Prazo: de 01.09.2011 a 01.07.2012.

- a) O DECEA deverá designar Oficiais para exercerem a função de Contrapartes⁵ para cada serviço de navegação aérea a ser inspecionado, que serão, também, os responsáveis pelo preenchimento dos seus respectivos Protocolos USOAP-CMA;
- b) O CENIPA deverá designar Oficial para exercer a função de Contraparte para os assuntos de investigação de acidentes aeronáuticos e que será, também, o responsável pelo preenchimento do Protocolo USOAP-CMA relativo a esses assuntos;
- c) A ASOCEA deverá designar Oficial para exercer a função de Contraparte para os assuntos relativos à vigilância da segurança operacional dos serviços de navegação aérea e que será, também, o responsável pelo preenchimento do Protocolo USOAP-CMA relativo a esses assuntos;
- d) A ASOCEA deverá coordenar o preenchimento dos protocolos USOAP-CMA pelas Contrapartes designadas pelo DECEA como responsáveis pelo provimento de informações acerca dos serviços de navegação aérea e áreas correlacionadas (cartografia, saúde e recursos humanos);
- e) A ASOCEA e o CENIPA deverão desenvolver um planejamento, de forma a obter as informações necessárias para o preenchimento dos protocolos USOAP-CMA, observando o prazo estabelecido; e
- f) A ASOCEA e o CENIPA serão responsáveis, respectivamente, pelas informações a serem enviadas à OACI sobre os protocolos USOAP-CMA relativos aos serviços de navegação aérea e de investigação de acidentes aeronáuticos;

NOTA 5: As Contrapartes serão incumbidas pela prestação das informações relacionadas com a área de serviço de navegação aérea às quais estão responsáveis, razão pela qual deverão possuir experiência e conhecimento de sua área.

3.2.6.6 Ações Referentes à Sexta Atribuição do Estado

“Manter atualizado o Questionário sobre as Atividades Aeronáuticas do Estado (SAAQ)”.

Prazo: de 01.09.2011 a 01.09.2013.

- a) O DECEA é o responsável pela atualização do SAAQ relacionado com os assuntos de serviços de navegação aérea;
- b) O CENIPA é o responsável pela atualização do SAAQ relacionado com os assuntos de investigação de acidentes aeronáuticos;
- c) A ASOCEA é a responsável pela atualização do SAAQ relacionado com os assuntos de vigilância da segurança operacional dos serviços de navegação aérea;
- d) A atualização do SAAQ deverá ser realizada, no mínimo, uma vez ao ano, independentemente da modificação ou estabelecimento de normas ou em periodicidade decorrente de solicitação da OACI; e
- e) Essas ações serão desenvolvidas mediante estreito entendimento com o Coordenador Nacional.

3.2.6.7 Ações Referentes à Sétima Atribuição do Estado

“Cumprir os prazos estabelecidos para a conclusão dos protocolos USOAP-CMA, utilizando a estrutura *on-line*”.

Prazo: de 02.01.2012 a 31.12.2013. (NR) – Portaria nº /GC3, de de de 2012.

- a) A ASOCEA deverá manter atualizados os protocolos USOAP-CMA da OACI, com base nos resultados obtidos das inspeções regulares no DECEA, realizadas conforme o preconizado na ICA 121-10 “Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”;
- b) A ASOCEA deverá coordenar as ações junto às Contrapartes designadas pelo DECEA, de forma a serem cumpridos os prazos estabelecidos para a conclusão do preenchimento dos protocolos USOAP-CMA; e
- c) O CENIPA deverá disponibilizar à OACI, dentro dos prazos estabelecidos, os protocolos USOAP-CMA relativos à investigação de acidentes, devidamente preenchidos.

3.2.6.8 Ações Referentes à Oitava Atribuição do Estado

“Empregar o CMA”.

Prazo: a partir da conclusão da Sétima Atribuição do Estado (NR) – Portaria nº /GC3, de de 2012.

O DECEA, o CENIPA e a ASOCEA deverão estar em condições de empregar a nova metodologia USOAP-CMA implantada pela OACI, a partir da conclusão das ações referentes à Sétima Atribuição do Estado. (NR) – Portaria nº /GC3, de de 2012.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 ESTRUTURA GERENCIAL

É atribuição de cada órgão envolvido nas auditorias da OACI o estabelecimento da estrutura gerencial para implementação do programa de transição para o CMA, consoante com a concepção elaborada por aquela organização, sem solução de continuidade.

4.2 RECURSOS

4.2.1 Os recursos materiais e humanos necessários ao cumprimento das atribuições estabelecidas neste Plano deverão ser alocados, em princípio, pelo DECEA e pela ASOCEA.

4.2.2 O envolvimento de recursos dos demais Comandos-Gerais e Departamentos deverá ser solicitado pela ASOCEA.

4.2.3 Os recursos financeiros, por sua vez, serão oriundos, em princípio, do DECEA para a execução das atividades decorrentes do cumprimento do estabelecido no presente Plano.

4.3 FATORES DE PLANEJAMENTO

4.3.1 As modificações das normas existentes ou o estabelecimento de novas poderá provocar a atualização do SAAQ e da EFOD. Dessa forma, os responsáveis pelo preenchimento desses questionários deverão manter-se informados sobre essas modificações e analisar a necessidade de corrigir o conteúdo dos questionários em tela, quando a circunstância exigir.

4.3.2 Os resultados das inspeções de segurança operacional nas áreas de ensino e saúde, em cumprimento ao Plano Anual de Inspeções da ASOCEA, devem ser considerados para o preenchimento dos Protocolos USOAP.

4.3.3 As diferenças entre as normas nacionais e as SARPs da OACI identificadas nas áreas de ensino e saúde também deverão ser informadas à OACI pelo DECEA.

4.3.4 Especial atenção deverá ser dada à designação de participantes para atuarem no processo de transição, tendo em vista a especificidade dos assuntos de ordem administrativa, operacional e técnica, em foros nacionais e internacionais, de forma que a implementação do novo enfoque ocorra sem gerar impactos desnecessários.

4.3.5 É desejável que a designação de pessoal para integrar equipes ou grupos considere a participação desses recursos humanos desde a fase de início da transição até o início da operação.

4.4 ATUALIZAÇÃO DO PLANO

4.4.1 Este Plano poderá sofrer atualizações periódicas, sempre que necessário, por programação da ASOCEA, tendo em vista que o estágio atual de implementação do planejamento efetuado pela OACI para a adoção da nova metodologia irá envolver várias funcionalidades previstas, algumas ainda em fase de normatização.

4.4.2 É importante enfatizar, entretanto, que, em função do inter-relacionamento global e regional da implementação, a base do processo de atualização deverá ser sempre fundamentada nas decisões, nas normas e nas conclusões dos foros da OACI.

5 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As publicações em vigor, concernentes ao assunto em tela, na data de vigência deste Plano, poderão permanecer inalteradas. Contudo, deverão ser modificadas ou reeditadas, para o caso de ajustes ou adaptações à nova metodologia de auditoria a ser adotada pela OACI.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Após a implementação das ações previstas neste Plano será emitida uma nova Instrução do Comando da Aeronáutica, disciplinando as tarefas permanentes dos Órgãos do COMAER com a implementação do método de supervisão contínua preconizado pela OACI. (NR) – Portaria nº /GC3, de de de 2012.

6.2 Os casos não previstos neste Plano serão submetidos ao Comandante da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.359/GC3 de 30 de novembro de 2005. Dispõe sobre a Reformulação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. [Brasília-DF].

_____. _____. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. *Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo Brasileiro*. **DCA 351-1**. [Rio de Janeiro-RJ], 2010.

_____. _____. Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo. *Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro*. **ICA 121-10**. [Rio de Janeiro-RJ], 2009.

_____. _____. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER)*. **ICA 10-1**. [Rio de Janeiro-RJ], 2010.

_____. _____. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações*. **ICA 5-1**. [Rio de Janeiro-RJ], 2010.

CANADÁ. *Organización de Aviación Civil International (OACI)*. **EB 2009/27**. *Transición del Programa Universal de Auditoría de la Vigilancia de la Seguridad Operacional a un Enfoque de Supervisión Continua con Misiones de Validación Coordinadas de la OACI*. [Montreal], 2009.

_____. _____. **HLSC 2010-WP/3** da *High-Level Safety Conference 2010*. *Universal Safety Oversight Audit Programme Comprehensive Systems Approach Audit Results and the Evolution of the Programme Beyond 2010 Using a Continuous Monitoring Approach*. [Montreal], 2009.

_____. _____. **C-WP/13497** da 189ª Sessão do Conselho. *Progress Report on OACI Audit Activities: USOAP and USAP*. [Montreal], 2010.

_____. _____. **RESOLUTIONS** Adopted by the 37th Assembly. Resolution A37-5 – *The Universal Safety Oversight Audit Programme (USOAP) continuous monitoring approach*. [Montreal], 2010.

[illegible]

ÍNDICE

Abreviaturas, 1.6
Ações a serem desenvolvidas para a implantação do CMA, 3.2.6
Alcance do planejamento, 3.2.3
Âmbito, 1.4
Anexo, A
Antecedentes, 2.2
Atualização do planejamento, 3.1.2
Atualização do plano, 4.4
Competência, 1.3
Conceituações, 1.5
Concepção, 3.1.1, 3.2.1
Considerações iniciais, 2
Diretrizes, 3.2.5
Disposições finais, 6
Disposições gerais, 4
Disposições preliminares, 1
Disposições transitórias, 5
Estrutura gerencial, 4.1
Fatores de planejamento, 4.3
Finalidade, 1.1
Implantação dos componentes principais do CMA, 3.1.3
Introdução, 2.1
Lista Eletrônica de Diferenças, 1.5.2
Objetivos, 1.2
Operação do CMA, 3.1.4
Planejamento de transição da OACI, 3.1
Planejamento de transição do COMAER, 3.2
Princípios de planejamento, 3.2.2
Protocolos USOAP-CAM, 1.5.3
Questionário sobre as atividades aeronáuticas do estado, 1.5.1
Recursos, 4.2
Resultados esperados, 3.2.4
Transição para o CMA, 3